

UTOPIAS VÍVIDAS E VIVIDAS: UM ESTUDO SOBRE EPISTEMOLOGIAS ESPACIAIS EM COMUNIDADES E SUAS FORMAS ALTERNATIVAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

Mariana Tereza Diniz Mendonça.

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, auroramariana33@gmail.com.

Resumo - O estudo, em fase inicial, visa mostrar a relação entre a lógica positivista do desenvolvimento do capitalismo e sua tendência a formar ordens territoriais diversas através da criação de respostas criativas em espaços não hegemônicos. Ao caracterizar a sociedade capitalista podemos entender, como se dá a importância da resistência e vivência de outras ordens dos espaços sociais com planejamento realizado a margem do Estado.

Palavras-chave: Comunidade, produção do espaço, planejamento urbano, sociabilidade.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

A palavra comunidade vem do latim associada à ideia de comunhão e compartilhamento. Foi bastante utilizada no âmbito da cultura cristã, para significar diferentes níveis de afirmação do ideal de fraternidade terrena. A partir do século 19, o termo passou a ser entendido como contraponto às grandes transformações características da modernidade, como urbanização, o desenvolvimento social a partir da industrialização, o desenraizamento da população, o anonimato, a ruptura das relações de respeito e solidariedade. Ferdinand Tönnies (1887) transformou essas ideias em um conceito bem delineado: opôs a comunidade à sociedade.

Comunidade é um desses conceitos das ciências sociais mais controversos. Teorias após teorias, mesmo com as grandes mudanças do século XXI – e após as mudanças drásticas que transformaram o mundo do século XX, não há ainda uma definição que seja hegemônica no debate sobre tal conceito (MOCELLIN, 2011). No entanto, de acordo com a perspectiva de Tönnies, a comunidade difere diretamente ao espaço urbano, representando uma forma de refúgio dentro do caos e da impessoalidade que imperam no cotidiano das cidades. Seria uma proposta de vida intimista cada vez mais distanciada do espaço-público vigente na contemporaneidade urbana (KOGA, 2003).

A palavra intencional, como adjetivo dos dois gêneros, significa algo relativo à intenção, que é feito de propósito, por querer, intencionado, proposital, deliberado. O conceito comunidade intencional, também definido por associativismo voluntário, foi um termo primeiramente apontado por Charles Fourier (1772 -1837) que defendia a tese de que se devia criar uma cooperativa agrícola financiada com dinheiro público ou particular, onde os trabalhadores realizariam suas atividades conforme os seus interesses na constituição das comunidades intencionais conhecidas como falanstérios.

Harvey (2004) versa sobre o descrédito do comunismo como projeto utópico e o liberalismo como algo que também não inspira o sentido de um novo tempo que possa de fato transformar a sociedade e a sociabilidade vigente. Para este autor, há um declínio das narrativas utópicas para o desenvolvimento dos grandes projetos geopolíticos. No entanto, existe a construção de diversos legados históricos-geográficos, formas culturais e modos de vida distintos. Se hoje, temos o triunfo do liberalismo e toda a sua forma de expressão e formação das sociedades, também existem os espaços de resistência a esse domínio político econômico. Mas esses espaços estão sempre permeados, afetados e em constante diálogo com a lógica capitalista de entendimento e desenvolvimento social.

Discussão

Mesmo sem grandes êxitos históricos na construção de comunidades intencionais o utopismo comunitário persiste no imaginário afetivo e experiências efetivas se realizam continuamente, não mais como um projeto geopolítico mais amplo, mas como iniciativas pontuais de grupos diversos que se unem em associação para planejamento e experiência de produção social do espaço em territórios diversos. Para a instituição contemporânea *Fellowship for Intentional Community* (FIC) comunidades intencionais podem ser entendidas como a criação de novos modelos sociais, econômicos ou espaciais de maneira decisiva na busca de outras formas de vivência, em contraponto à realidade vigente, através do apoio múltiplo dos seus participantes.

O conceito de comunidade intencional, portanto, está ligado a todas as práticas experimentais ou tentativas de comunidades que surgem de forma não espontânea com relação aos padrões sociais (instituições) dominantes de uma dada sociedade, e podem referir-se tanto às práticas mais ancestrais (as comunidades cristãs na Roma Antiga), quanto as mais recentes, como as comunidades ligadas ao movimento religioso da Nova Era.

Segundo Hespanol (2003), a deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles, em virtude do agravamento dos problemas sociais e ambientais tem levado a uma revalorização do campo, não apenas como lugar de desenvolvimento das atividades agro-pecuárias, mas também como espaço para se viver e desenvolver outras atividades. O comunitarismo ligado às ideologias de diversos grupos também apontam para uma maior ruralização. Dentre eles podemos destacar e dividir esses grupos de acordo com as seguintes tipologias:

1. Comunidades religiosas: Nova Era (Auroville e Findhorn), Renovação Carismática Católica (Canção Nova, Toca de Assis), Santo Daime (Céu do Mapiá).
2. Comunidades políticas: Assentamentos MST, MTST, Imigrantes, comunidades Agroecológicas, Ecovilas.
3. Comunidades étnicas: Novos agrupamentos indígenas e quilombolas¹.

É interessante identificar e discutir o conceito de comunidade e comunidade intencional no campo do Planejamento Urbano, visando buscar a compreensão da construção do espaço realizado por agrupamentos humanos dotados de certa unidade, mediante o compartilhamento da contiguidade física territorial e também

¹ Os grupos que serão estudados ainda não foram escolhidos pela autora.

das ideais como forma associativa e propositiva. Como se dá a formação da estrutura social e o planejamento urbano de comunidades intencionais e como esse conjunto de conhecimento e forma de estar no mundo se relaciona e é desenvolvido por grupos religiosos, políticos e étnicos? Como esses grupos dialogam com o protagonismo do modo capitalista neoliberal de organização do modo de vida e formação dos espaços?

O estudo de grupos sociais específicos que manifestam modos de vida comunitários e suas respostas alternativas para a crise permanente do sistema capitalista pode demonstrar sistemas de ação e experiências empíricas singulares. Exemplos de epistemologias experienciais, que encarnam de forma profunda pensamentos alternativos de experiências reais e vívidas que indicam uma nova produção social do espaço de modo intencional com um planejamento territorial diverso e sucessivo ao planejamento do Estado.

A visão de Boaventura (2019) também reforça que os espaços comunitários podem ser entendidos como zonas de resistência e re-educação que perpassa outros modos de entendimento da vida em sociedade na contemporaneidade. Isso pode ser entendido como algo positivo no sentido de formação de grupos com características e perspectivas diferentes sobre a vida e atuação no mundo. Afinal, em realidades como a brasileira, com seu percurso histórico marcado pela exclusão social e pelas desigualdades sociais, a noção de pertencimento social outro pode reforçar os patamares de cidadania que se quer alcançar na sociedade. O debate sobre o comunitarismo aponta para o potencial solidário e autônomo que as relações sociais mais próximas podem fomentar na formação desses sujeitos sociais. Comunidade e território ganham um novo vigor, sem romper com a totalidade de visão da realidade, enquanto espaços-sujeitos de efetivação e ampliação da visão dos seus residentes aos direitos de cidadania, não só para si mesmos, mas principalmente ao serviço as populações menos favorecidas, em um despertar à indiferença vigente (KOGA, 2003)

Conclusão

Boaventura (2019) exorta que é importante “reconhecer e dialogar com outros saberes que oferecem entendimentos da vida social e da transformação social alternativos às monoculturas ocidentocêntricas do conhecimento válido”. Afinal, a eficácia mobilizadora dos conceitos eurocêtricos que designavam as utopias na modernidade como o socialismo, comunismo e mesmo o de democracia parece ter-se esgotado, e as ideias africanas (ubuntu), andinas (pachamama, sumam kawsay) e outras que no passado foram inscritas no mundo pelas vozes de grupos sociais oprimidos, podem se tornar relevantes para as lutas contra a opressão e a dominação. Elas podem se tornar fonte de inspiração para outras lutas em outros tempos e contextos.

Desse modo, é possível buscar o entendimento da forma de atuação de grupos diversos, frente ao desafio da construção de diferentes formas de planejamento do território e estruturação do espaço social na contemporaneidade. Para isso é vital identificar e analisar as proposições e soluções para a produção e ocupação do território que visam atender aos aspectos de: sustentabilidade e respeito ao meio ambiente; elaboração de economias produtivas e solidárias geradoras de trabalho e renda; criação de redes de apoio e solidariedade; consolidação de espaços de

participação, comunicação, cultura e educação comunitárias; construção de cartografias sociais e planos populares para construção e gestão de territórios que podem contribuir para o desenvolvimento de estudos e estratégias para rever e ampliar as discussões do planejamento urbano (AMARAL e MACIEL, 2021).

É urgente a identificação de práticas espaciais que permitam a mudança, que possibilitem diminuir as desigualdades e subverter a ordem vigente, para que possamos pensar em políticas alternativas críticas de planejamento e de desenvolvimento territorial transformadoras, já que hoje as sociedades carecem de um pensamento utópico fundamentado na concretude real para avançar rumo a outra sociedade equânime e igualitária (LIMONAD, 2021).

Referências

AMARAL, Fabiana Felix e MACIEL Lidiane M. “Decolonizando” o planejamento urbano. In: **Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas /** Ester Limonad; João C. Monteiro; Pablo Mansilla (orgs.) et al. - São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo (field and city, rural and urban in contemporary Brazil). **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103 a 112, 2013.

JOVCHELOVITVH, S. Saber, Comunidade e Esferas Públicas. In: **Os Contextos do Saber: Representações, Comunidade e Cultura**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidade: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMONAD, Ester; Monteiro, João C.; Mansilla, Pablo (orgs.) et al. **Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas /** Ester Limonad; João C. Monteiro; Pablo Mansilla (orgs.) et al. - São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.

MOCCELIN, Alan. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. In **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp.105-125, 2011.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1 / maio 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 31.ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In Miranda, Orlando (Org.). **Para lei Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995 [1887].